

Território Etnoeducacional Timbira: avanços e retrocessos na visão do povo indígena krikati

Timbira ethno-educational territory: advances and setbacks in the view of the Krikati indigenous people

Gildete Elias Dutra
Neli Teresinha Galarce Machado
Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES
Lajeado/RS - Brasil

Resumo

Este artigo analisa os avanços e os retrocessos do processo de implementação do Território Etnoeducacional Timbira na visão do povo Krikati. A política de Territórios Etnoeducacionais propicia um novo momento na história da Educação Escolar Indígena no Brasil, na medida em que reconhece as identidades étnicas e a possibilidade de os povos indígenas assumirem seus processos próprios de escolarização, levando em consideração a especificidade, a diferenciação, a interculturalidade e o bilinguismo/multilinguismo em consonância com suas territorialidades. Para o registro das informações foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas com professores e lideranças políticas Krikati. Os indígenas Krikati consideram de grande relevância a efetivação do Território Etnoeducacional Timbira, já que aponta caminhos para uma Educação Escolar Indígena específica e autônoma, com garantia da participação indígena em todas suas etapas.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Território Etnoeducacional Timbira.

Abstract

This article analyzes the advances and setbacks of the implementation process of the Timbira Ethno-Educational Territory in the view of the Krikati people. The Ethno-Educational Territories policy provides a new moment in the history of Indigenous School Education in Brazil, as it recognizes ethnic identities and the possibility for indigenous peoples to assume their own schooling processes, taking into account the specificity, differentiation, interculturality and bilingualism / multilingualism in line with their territorialities. Semi-structured interviews with teachers and political leaders Krikati were used to record the information. The Krikati consider the realization of the Timbira Ethno-Educational Territory of great importance, as it points out ways for a specific and autonomous Indigenous School Education, guaranteeing indigenous participation in all its stages.

Keywords: Indigenous School Education. Ethno-Educational Territory Timbira.

Palavras Iniciais

A Educação Escolar Indígena brasileira foi submetida, ao longo de sua história, à escravização, à integração e à assimilação dos povos indígenas à cultura nacional, buscando assim, descaracterizá-los de suas especificidades, enquanto povos diferentes. Em relação ao percurso histórico, muitas são as contradições entre os atores envolvidos, a legislação e a prática das políticas públicas vigentes.

Com a criação dos Territórios Etnoeducacionais – TEEs (Decreto nº 6.861/2009), uma nova configuração política e jurídica é inaugurada na história da Educação Escolar Indígena no Brasil. Essa política reconhece as identidades étnicas dos povos indígenas, garante a participação destes na gestão de seus processos escolares, associando a questão educacional à territorial. Nessa concepção, a Educação Escolar Indígena passa a atender as necessidades educacionais de cada povo, a partir dos seus espaços e de suas relações etnoterritoriais.

Portanto, nasce a proposta de uma Educação Escolar Indígena que assegura a participação dos povos indígenas em todas as etapas da gestão escolar, respeitando as identidades étnicas, o modo de ser indígena, aliando educação às territorialidades de cada povo, de modo a efetivar ações pautadas na história e na cultura dos povos indígenas.

Dessa maneira, a Educação Escolar indígena traz no seu bojo a afirmação étnica, através dos projetos educativos específicos que garantam as características da diferenciação, especificidade, coletividade, bilinguismo/multilinguismo e interculturalidade, proporcionando autonomia aos povos indígenas na organização e gestão de suas escolas. Assim, os povos indígenas, sujeitos de sua própria história, tendo a escola a serviço da comunidade, contribuirão para o respeito e a valorização de suas comunidades.

Para Gersem dos Santos Luciano Baniwa, essa autonomia é possível com a política de Territórios Etnoeducacionais, pois

Os povos indígenas podem pôr em prática suas ideias e seus projetos de uma Educação Escolar que atenda suas realidades, dando sentido e vida aos direitos já conquistados (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 22 de março de 2018).

Portanto, neste artigo, discutiremos os avanços e os retrocessos do processo de implementação do Território Etnoeducacional Timbira, sendo este, um recorte da

dissertação de mestrado, cujos resultados foram apresentados em categorias de análise (BARDIM, 2011) Sendo obtidos os resultados a partir das anotações no diário de campo, das entrevistas semiestruturadas com professores e lideranças políticas Krikati e a vivência por mais de uma década com o referido povoⁱ.

A pesquisa foi realizada na aldeia São José, localizada no território indígena Krikati, município de Montes Altos (MA). Por ser a maior e mais antiga aldeia, também é conhecida por aldeia polo ou aldeia sede, possui a maior escola, o Centro de Ensino Indígena Krikati (CEIK), que funciona nos três turnos e atende da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Para a composição do nosso trabalho, ouvimos três professores do Centro de Ensino Indígena Krikati, duas lideranças políticas da aldeia São José e uma liderança política da aldeia Jerusalém. Também ouvimos outras vozes do cenário indígena nacional. Os interlocutores e as interlocutoras Krikati serão identificados(as) pelo nome na língua materna, em respeito aos seus nomes e as suas histórias, enquanto os(as) demais interlocutores(as) serão identificados (as) pelo sobrenome.

Povo Krikati

O povo Krikati juntamente com outros povos que possuem características semelhantes formam os Timbira. Timbira foi denominação dada por Curt Ninuendajú (1944, p. 8) aos indígenas que habitavam a margem do rio Tocantins devido ao costume de amarrar embira de cipó ou fibra de buriti na cabeça, pescoços, nos braços, munheca, abaixo do joelho, tornozelos daí o apelido “os amarrados”.

Os Krikati possuem uma população de 1.032 pessoas. Vivem no Território Indígena Krikati com uma área de 146.000 ha, localizada no sudoeste do Maranhão, entre os municípios de Montes Altos, Lajeado Novo, Sítio Novo e Amarante, morando em 06 aldeias: São José (a mais antiga), Raiz, Arraia, Jerusalém, Campo Alegre e Recanto dos Cocais (composta por indígenas Guajajara/Tentehar, alguns casados com Krikatiⁱⁱ).

Assim como os demais Timbira, as aldeias do povo Krikati têm formato circular, com seis caminhos que levam diretamente ao pátio no centro da aldeia onde acontecem as reuniões diárias e algumas manifestações culturais. Em cada aldeia existe um cacique e um vice, escolhidos pela comunidade. Uma tradição específica povo Krikati é a corrida de tora que manifesta alegrias e tristezas.

Território Etnoeducacional Timbira: avanços e retrocessos na visão do povo indígena krikati

Das 06 aldeias do Território Krikati, somente a aldeia Arraia não tem escola, pois não há crianças em idade escolar. Portanto, conforme o Censo Escolar 2018, há 375 alunos matriculados nas escolas indígenas Krikati, sendo 64 da Educação Infantil, 207 do Ensino Fundamental das Séries Iniciais, 72 do Ensino Fundamental das Séries Finais e 32 do Ensino Médio (CENSO ESCOLAR, 2018).

Atualmente, tem 29 professores atendendo as escolas Krikati, sendo todos indígenas. Dos 29 professores, 14 já concluíram o curso superior e 06 estão cursando. Há 9 professores com a formação em nível médio (Magistério Indígena ou Magistério Convencional). Ressaltamos que há alguns professores graduados que já não estão lecionando, devido às questões internas. O Centro de Ensino Indígena Krikati foi a escola pioneira na implantação do Ensino Fundamental das Séries Finais e do Ensino Médio, nos anos 2001 e 2003, respectivamente. Nesse sentido, a professora Puxcwyj Krikati enfatiza que

A nossa luta por dias melhores e por uma educação melhor, que atenda nossas necessidades, nos fortalece cada vez mais, por isso temos lutado incansavelmente por nosso povo e por nossa escola (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 15 de junho de 2018).

Esse depoimento traduz um pouco do cotidiano do povo Krikati, sua articulação e movimentação.

Territórios Etnoeducacionais

A partir do Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009, que institui os Territórios Etnoeducacionais – TEEs, e dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, fica definido a participação efetiva dos povos indígenas na organização e gestão da Educação Escolar Indígena, em respeito a territorialidade e as necessidades de cada povo, rompendo com os limites políticos e administrativos dos Estados e Municípios.

Assim, um novo marco político e jurídico surge no cenário da Educação Escolar Indígena, possibilitando o reconhecimento por parte do Estado brasileiro, da capacidade dos povos indígenas assumirem seus próprios processos de escolarização, bem como construir diálogos interculturais e projetos intersocietários.

Nessa perspectiva, os diálogos interculturais são imprescindíveis, na medida, que desenvolvem relacionamentos cooperativos entre as diferentes culturas, de modo a preservar e respeitar as identidades culturais, e ainda, promovem o senso crítico, a construção de novos saberes, e, por conseguinte, a conquista da autonomia e do

protagonismo indígena.

Desse modo, a interculturalidade, se baseia no reconhecimento da diversidade e das diferenças culturais, como também, na busca da tolerância, da convivência e do respeito mútuo. Para Delmondez, & Pulino (2014) a interculturalidade é a mediação e o diálogo entre as diferenças. A interculturalidade leva em consideração a diferença e as desigualdade situadas na sociedade e as relações de poder que atravessam as dinâmicas culturais.

As diferenças culturais estão dentro da escola e é parte integrante das relações interpessoais e das práticas pedagógicas no âmbito do espaço escolar, e é nesse caminho que se deve pensar as ações educativas, na perspectiva dos Territórios Etnoeducacionais.

Portanto, pensar na interculturalidade implica pensar na educação intercultural, espaço capaz de promover o reconhecimento e a valorização da diversidade, do respeito e das pluralidades. Fleuri (2003, p. 17), define educação intercultural como “uma proposta de ‘educação para a alteridade’, aos direitos do outro, à igualdade de dignidade e de oportunidades, uma proposta democrática ampla [...] Trata-se, na realidade, no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos”.

Logo, a educação intercultural busca o diálogo entre as culturas, potencializando novos processos pedagógicos e novos aprendizados, e assim, possibilitando novo sentido à Educação Escolar Indígena.

O Decreto, nesse sentido, representa um instrumento inovador, podendo um Território Etnoeducacional compreender as terras de um povo ou de vários, mesmo que estes estejam presentes em diferentes Municípios ou Estados.

O Decreto 6.861/2009 estabelece, portanto, que:

Cada território etnoeducacional compreenderá independentemente da divisão político-administrativa do país, as terras indígenas, mesmo que descontínuas ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados.

A política de Territórios Etnoeducacionais instaurou um novo cenário da Educação Escolar Indígena, na medida em que esta passa a ser organizada em consonância com a territorialidade de seus povos, independentemente da divisão política entre Estados e Municípios que compõem o território brasileiro. Nesse sentido, Fernanda Brabo Sousa afirma (2013, p. 39), “que de forma significativa o Decreto apresenta profundos avanços

Território Etnoeducacional Timbira: avanços e retrocessos na visão do povo indígena krikati para a Educação Escolar Indígena no país em atenção às especificidades e territorialidades de seus povos”.

No entanto, a pactuação dos Territórios Etnoeducacionais só poderá ser efetuada a partir da consulta aos povos indígenas, e assim garantir a efetiva participação destes na organização e gestão da Educação Escolar Indígena. A participação dos povos indígenas nos processos de consulta para a criação dos Territórios Etnoeducacionais e nas reuniões das Comissões Gestoras é imprescindível para implementação dos mesmos.

Nessa direção, foram pactuados 25 TEEs, inclusive o Território Etnoeducacional Timbira, outros 3 estão em processo de implementaçãoⁱⁱⁱ e 13 em processo de consulta. Tem-se uma projeção de pactuação de 41 Territórios Etnoeducacionais:

Atualmente existem 25 Territórios Etnoeducacionais pactuados dos 41 previstos, distribuídos em 12 estados brasileiros. São eles Baixo Amazonas (AM); Juruá/Purus (AM); Médio Solimões (AM); Vale do Javari (AM); Alto Solimões (AM); Rio Negro (AM); Cone Sul (MS); Povos do Pantanal (MS); A'uwẽUptabi; Xingu (MT); Yby Yara BA); Cinta-Larga (MT e RO); Pykawatynhre (PA); Ixamnã (PA); Tapajós e Arapiuns (PA); Timbira (MA e TO); Tupi Mondé (RO); Tupi Tupari (RO); Tupi Txapakura (RO); Yjhukatu (RO); Vale do Araguaia (MT, TO, GO e PA); Médio Xingu (PA); Yanomami e Ye'kuana (AM e RR); Potyrõ CE e PI); Serra Negra, Berço Sagrado (PE), 03 TEE em processo de implementação (Nambikwara; Oiapoque; Tenetehar WaywZemu' e Awá – Tembê e Ka'apor) e 13 TEE em processo de consulta (Litoral Sul – M'bya Guarani; Guajajara; Paraíba e Rio Grande do Norte; Parque do Tumucumaque e Wajãpi; Acre; Roraima – Lavrado; Médio Norte Haliti – Paresi; Alagoas e Sergipe; Baixada Cuiabana; Bakairi; Kayabi e Apiaká; Noroeste do Mato Grosso; e Povos do Sul – Kaingang, Xetá, Xokleng e Charrua) (BRASIL, 2016, p. 07).

Tendo em vista a implementação da política de Territórios Etnoeducacionais, a Portaria nº 1.062/2013 institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), definindo as diretrizes específicas para a implementação e o funcionamento dos etnoterritórios. O PNTEE consiste em um conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, com o objetivo de fortalecer o direito dos povos indígenas à educação que atenda às especificidades de cada povo indígena.

A política de TEEs é um passo importante para a construção de um sistema educacional que dê conta das especificidades de cada povo indígena. “A associação entre educação e território considerada como fundamental na medida em que é no território que as referências culturais e sociais dadas pela geografia e pela história se estabelecem” (BANIWA, 2010, p. 7).

Essa política propõe construir uma nova gestão da Educação Escolar Indígena, embasada na maneira como os povos indígenas se organizam nas suas especificidades e

nas suas relações intersocietárias. A ação conjunta dos entes federados, por meio do regime de colaboração, elaborada em sintonia com as comunidades indígenas e suas territorialidades, é o ponto de partida para a efetividade da gestão qualificada da Educação Escolar Indígena.

Território Etnoeducacional Timbira

Ao abordar o Território Etnoeducacional Timbira, uma breve contextualização acerca do povo Timbira se faz necessária. O povo Timbira pertence à família linguística Jê, tronco Macro-Jê, composto por Canela Apanyekrá, Canela Ramkokamekrá, Gavião Pykobjê, Krepym Katejê, Krenyê e Krikati do Estado do Maranhão, pelos Apinajé e Krahô do estado do Tocantins e pelos Gavião Parkatejê, estado do Pará. Localizam-se no sul do Maranhão, no norte do Tocantins e oeste do Pará, respectivamente.

Aparecida de Lara Lopes Dias (2015) destaca a característica da ancestralidade Timbira dos Krikati em trazerem partes do corpo amarrados com embira de buriti e a forma de suas aldeias que é circular, e está intimamente ligada à sua organização social e cerimonial.

O círculo central é chamado popularmente de pátio (cýy). Tem 30 metros de diâmetro, sendo que este deve estar sempre preparado para as reuniões, danças, cantorias e demais manifestações culturais. É o espaço onde a comunidade indígena se reúne, discute e toma as decisões.

Para construir uma aldeia, o povo Timbira leva em consideração as seguintes características: “o chão deve ser plano, o solo de argila dura e sem pedras; devendo ficar próxima de cursos d’água e, por fim, nas suas proximidades deve ter mata ciliar suficiente para fazer roça” (NIMUENDAJÚ, 1944, p. 41).

A população Timbira “é de 9 mil pessoas, distribuídos em 63 aldeias e 7 terras indígenas” (SILVA, 2018, p.93). Apesar dos quase 200 anos de contato, continuam mantendo a língua, a sua organização social e política, a circularidade de suas aldeias e a diversidade de seus rituais (LADEIRA, 2013).

A luta dos Timbira em prol de seus territórios permite maior aproximação entre eles, consolidando as alianças enfraquecidas em períodos anteriores, possibilitando outras, iniciando assim, o protagonismo dos povos Timbira pela garantia do seu espaço territorial e educacional. Para Ilma de Oliveira Silva (2018, p. 92), “todas as etnias que

Território Etnoeducacional Timbira: avanços e retrocessos na visão do povo indígena krikati

formam esse grupo apresentam como características comuns a língua, o corte de cabelo, a morfologia da aldeia e rituais importantes como a corrida com tora”.

Atendendo à Política Nacional de Territórios Etnoeducacionais, a qual reconhece a importância da diversidade cultural e a territorialidade dos povos indígenas na política de Educação Escolar Indígena, foi pactuado o Território Etnoeducacional Timbira, com o objetivo de gerir o processo educativo indígena, a partir do modo como os povos indígenas se organizam, suas especificidades sociolinguísticas, políticas, históricas, geográficas e territorialidades.

Nessa perspectiva, a liderança Cacuxen Krikati, o qual participou do processo de pactuação do Território Etnoeducacional Timbira, considera que

Essa política é muito boa, porque envolve Educação Escolar Indígena, que precisa melhorar. Estamos desejando a volta da discussão e do funcionamento dos TEEs, é um sonho antigo” (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 03 de março de 2018).

Nessa direção, em 2011 foi assinado o termo de pactuação do Território Etnoeducacional Timbira, composto pelos povos indígenas que têm seus territórios nos estados do Maranhão e do Tocantins. Nos municípios de Tocantinópolis, Goiatins, Itacajá, no Estado do Tocantins; Amarante do Maranhão, Barra do Corda^{iv}, Fernando Falcão, Itaipava do Grajaú, Lajeado Novo, Montes Altos e Sítio Novo, no estado do Maranhão (BRASIL, 2011b).

Assim, ao pactuar o Território Etnoeducacional Timbira, as entidades e as instituições se unem no sentido de ofertar uma Educação Escolar Indígena específica para os povos Timbira, respeitando a territorialidade de cada povo, e garantindo participação em todas as etapas da gestão da Educação Escolar Indígena, a fim de atender às necessidades educacionais e às especificidades socioculturais das comunidades Timbra. Conforme Júlia Trujillo (2011, p. 02), o documento final da reunião

Além de pactuar a criação do Território Etnoeducacional Timbira, determina as prioridades para seu primeiro ano de implementação, entre elas a integração do Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxyj Hempenxà como parte do TEE e local privilegiado de encontro para realização de reuniões, cursos e aulas^v.

Em 2014, o MEC criou a Comissão Gestora do Território Etnoeducacional Timbira (Portaria nº 620/2014), instância consultiva e deliberativa das políticas e ações da Educação Escolar Indígena no âmbito deste.

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do MEC, a Comissão Gestora do Território Etnoeducacional Timbira como instância consultiva e deliberativa das políticas e

ações da educação escolar indígena no âmbito do referido Território Etnoeducacional.

Parágrafo único - O Território Etnoeducacional Timbira compreende as Terras Indígenas distribuídas nos Municípios de Tocantinópolis, Itaguatins, Maurilândia, Goiatins, Itacajá, no Estado do Tocantins; e Montes Altos, Sítio Novo, Barra do Corda, Grajaú, Amarante do Maranhão, no Estado do Maranhão (BRASIL, 2014a, p. 1).

A criação da Comissão foi um passo importante para o avanço das ações do processo educativo indígena, tendo em vista, o respeito às diversidades culturais e de afirmação étnica dos povos indígenas e, assim, planejar as ações a serem executadas pelas instituições envolvidas na esfera da Educação Escolar Indígena no âmbito do Território Etnoeducacional Timbira. Sendo esta última ação de governo frente ao referido Território Etnoeducacional.

Avanços e retrocessos na Implementação do Território Etnoeducacional Timbira

Para a implementação do Território Etnoeducacional Timbira é fundamental que a política de Territórios Etnoeducacionais seja compreendida pelo povo indígena envolvido. Assim, a partir de narrativas dos professores e lideranças indígenas Krikati elencamos as concepções, avanços e retrocessos no processo de implantação do Território Etnoeducacional Timbira.

O Território Etnoeducacional Timbira foi pactuado em novembro de 2011, porém os indígenas Timbira já discutiam a Educação etnoterritorializada a mais de uma década. Maria Elisa Ladeira explica que desde a década de 1990 já discutia a educação com o povo Timbira

O povos Timbira tinham as mesmas propostas e discutiam o mesmo projeto de futuro para seus povos (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 30 de maio de 2018).

As discussões promovidas por professores e lideranças Timbira, transcenderam suas comunidades, proporcionando a formulação de políticas de Educação Escolar Indígena, tendo o território como fundamento da vida coletiva. Para Gersem dos Santos Luciano Baniwa, uma política educacional baseada na territorialidade indígena pode traduzir

Como que eu me situo, como que me relaciono com meus pares, nesse caso indígenas, e minha relação com o meio no sentido mais amplo (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 22 de março de 2018).

Nessa perspectiva, os povos Timbira participam das discussões e ações intersocietárias, em todos segmentos: educação, saúde, cultura, sustentabilidade, entre outras, em busca de garantia de direitos. Como afirma Cacuxen

A Comissão de Professores Timbira do Maranhão e do Tocantins, foi criada antes do Território Etnoeducacional Timbira, mas já vinha discutindo sobre educação dentro Território Timbira (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 02 de abril de 2018).

Os Territórios Etnoeducacionais trazem uma nova configuração política de gestão da Educação Escolar Indígena no Brasil, na perspectiva de implementação de uma política que reconhece a diversidade cultural e os projetos indenitários dos povos indígenas, levando em consideração os seus territórios. A instituição dessa política sinaliza que a organização da Educação Escolar Indígena não está atendendo às necessidades dos povos indígenas.

Nesse sentido, Antonia Rodrigues da Silva (2016, p. 151) explica que “essa política propõe a construção de uma nova proposta de Educação Escolar Indígena pautada no princípio das relações interétnicas, na territorialidade e nas questões linguísticas”. Corroborando com este pensamento, Baniwa enfatiza que

A ideia dos TEEs é organizar os povos indígenas, de modo a fazerem parte do mesmo conjunto de grupos sociais, de mesma língua e mesmos costumes (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 22 de março de 2018).

Não obstante, a política de Territórios Etnoeducacionais ser um desejo dos povos indígenas, convém ressaltar que as mudanças nas políticas governamentais geram dúvidas e incertezas. Assim, estudos dinâmicos e aprofundados sobre a política de territórios com aqueles que compõem um determinado território é primordial. Nesse aspecto, o professor Cohyj Krikati, membro da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional Timbira, ressalta que

Para entender melhor os Territórios Etnoeducacionais precisa de várias reuniões envolvendo as lideranças, professores os pais, os alunos e todos da comunidade indígena (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos (MA), no dia 15 de junho de 2018).

Face a essa necessidade, em 2009, foram realizadas duas reuniões com os povos Timbira, no município de Carolina, coordenadas por Gerssem Baniwa e Maria Elisa Ladeira, respectivamente. Essas reuniões oportunizaram discussões e aprendizados importantes acerca da referida temática. Para professora Puxcwyj que fez parte das discussões de

implementação dos Territórios Etnoeducacionais, foram muito proveitosas, pois

As duas reuniões foram muito boas, e a explicação sobre os Territórios Etnoeducacionais valeu muito a pena, principalmente para nós Timbira (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 15 de junho de 2018).

As reuniões prévias foram bastante significativas por propiciar aos povos indígenas envolvidas reflexões balizadoras no alcance de uma política inovadora, que atenda aos anseios de suas comunidades. Professor Hõocrow krikati, um dos representantes do povo Krikati, destaca

Particpei dos encontros sobre os Territórios Etoneducacionais no Centro de Ensino e Pesquisa “Pênxwyj Hemejxà”, em Carolina/MA, no ano de 2009. Depois deu uma parada. Agora temos que nos organizar para fortalecer o nosso Território. Foi Maria Elisa que convidou a gente para participar desses encontros em Carolina e o professor Gersem Baniwa também estava (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no 01 de junho de 2018).

Na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (I CONEEI), realizada em novembro de 2009, ainda eram frequentes as dúvidas e as contradições acerca da política de Territórios Etonoeducacionais para a maioria dos povos indígenas, porém, foram disponibilizados espaços de discussão sobre a referida política, visando ouvir os povos indígenas, bem como adequar propostas de criação e implementação dos Territórios Etnoeducacionais. Sendo assim, a I CONEEI estimulou as discussões e reflexões mais aprofundadas da política de Territórios Etnoeducacionais.

Essa política garante espaços de diálogos e de participação dos povos indígenas na definição da Educação Escolar Indígena, fortalece a gestão das escolas indígenas e ressignifica o processo de ensino e de aprendizagem, a partir da reafirmação sociocultural das línguas maternas, da vida coletiva e da relação dos povos indígenas com os seus territórios. Permitindo a apropriação de novos conhecimentos que contribuem para a compreensão do espaço vivido e suas conexões, ampliando a visão de mundo. Para Baniwa, essa política é o que há de mais moderno dentre as políticas para os povos indígenas, porque é

Inovadora, principalmente por estar fundamentada na etnoterritorialidade e, ainda por permitir aos segmentos historicamente sem visibilidade, relacionar-se com os seus territórios (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 22 de março de 2018).

Nesse aspecto, Rita Gomes do Nascimento Potiguara considera a implementação dos Territórios Etnoeducacionais de grande relevância para os povos indígenas, pois

É a possibilidade dos povos indígenas serem ouvidos, sendo momento de escuta, de diálogo e de oportunidade de pensarem sobre sua educação e sobre seus projetos de futuro (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 04 de junho de 2018).

Apesar de inovadora, a política de Territórios Etnoeducacionais sofreu resistência de alguns povos indígenas, exatamente por não compreenderem a nova política, e de algumas instituições de ensino, devido à nova forma de executar as ações, como as Secretarias de Educação que desenvolviam as suas individualmente. Contudo, nesse novo formato precisavam realizar as ações em conjunto, independente do Município e/ou Estado. Esses fatores que contribuíram negativamente para a pactuação desses Territórios. Baniwa explica que

Onde houve menos dominação intelectual e mental, os indígenas compreenderam a concepção da política de Territórios, conseqüentemente abraçaram a causa e lutam até hoje, enquanto onde a relação com o território foi enfraquecida ficou mais complicado essa compreensão e aceitação” (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 22 de março de 2018).

Pelo fato de o Decreto 6.861/2009 ter sido editado antes de consultar os povos indígenas, de fato gerou grandes questionamentos durante a I CONEEI, considerado também, um dos motivos da resistência de alguns povos indígenas. Segundo Sousa (2017, p. 52), “quando o Decreto nº 6.861 foi expedido, em maio de 2009, este gerou grandes controvérsias e desconfianças entre as lideranças indígenas em todo o território nacional”.

Apesar das controvérsias, a I CONEEI ajudou na compreensão dos povos indígenas, acerca dos fundamentos da política de Territórios e da necessidade desta para a melhoria da Educação Escolar Indígena. Definindo-se que a implantação e implementação dos Territórios Etnoeducacionais é de responsabilidade do Governo Federal, devendo considerar a anuência dos povos indígenas por meio de consulta pública ampla e esclarecimentos sobre a proposta dos TEEs a todos os povos indígenas. Assim, as discussões acerca dos Territórios Etnoeducacionais chegaram a todos os estados brasileiros, incluindo o Território Etnoeducacional Timbira no Maranhão.

Com a pactuação do Território Etnoeducacional Timbira em novembro de 2011, cria-se o plano de pactuação, definindo as atribuições de cada instituição e das lideranças

indígenas, regulamentando o regime de colaboração de modo a organizar os processos de educação de cada povo indígena envolvido. Nesse aspecto, Acyxit Krikati acredita que a pactuação de Território Etnoeducacional Timbira é um avanço para Educação Escolar Indígena e para o povo Timbira.

A criação do Território Educacional Timbira é um avanço porque podemos discutir a educação que queremos, com os povos Krahô e com os Apinajé que vivem pertinho de nós (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 07 de abril de 2018).

É importante salientar que as reuniões realizadas em Carolina (MA), sob a coordenação do CTI em parceria com o MEC, a SEDUC, entre outras instituições, teve participação de todos os povos Timbira: Krikati, Canela Apaniekrá, Canela Ramkokamekrá, Gavião Pukobiê, Krepym Katejê e Krenyê. Nesse aspecto Cryhcryh Krikati pontua que

Foi bom conhecer a proposta do Território Etnoeducacional, porque naquela época estávamos em uma educação estadual difícil, a associação de Pais Mestres não trabalhava bem e a minha esperança foi o Território Etnoeducacional Timbira. (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 04 de maio de 2018).

Conforme depoimentos, percebemos que as lideranças compreendem a política de Territórios Educacionais de modo a acreditar na possibilidade de execução de seus de processos educacionais em consonância com seus territórios e, por vez, uma educação de qualidade. Professor Hõocrow acredita que o Território Etnoeducacional Timbira contribuiu para o avanço da Educação Escolar Indígena, pois possibilitou o acesso dos professores e comunidade às instituições de ensino superior, bem como a formação inicial e continuada dos professores.

Agora as faculdades estão com as portas abertas, mas isso é graças a essa discussão. O indígena hoje atualiza sua formação, porque antes não havia essas portas abertas da FEST^{vi}, da UEMA^{vii} e da UFG^{viii} (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 01 de junho de 2018).

O professor Cohyj Krikati, por sua vez, aponta que a discussão do Território Etnoeducacional Timbira contribuiu também para maior utilização da língua materna na comunidade e na escola.

O uso da língua materna na escola melhorou muito, pois todos os professores passaram a dar aula de todas as disciplinas na língua indígena (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 15 de junho de 2018).

A esse respeito, Gersem Baniwa (2006, p. 123) ressalta que “a língua é um instrumento de produção, reprodução e transmissão de conhecimentos próprios, valores étnicos e identitários que só devem ser passados na língua particular”.

Dentre os objetivos dos Territórios Etnoeducacionais estão a formação inicial e continuada dos professores indígenas, a oferta do ensino superior para os povos indígenas e a valorização e usos de suas línguas, entre outros. Ladeira, explica que

Cada instituição definiu sua atribuição, de forma, que a formação dos professores das escolas indígenas ficou sobe a responsabilidade do MEC, e as licenciaturas interculturais, sob responsabilidade das universidades” (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 30 de maio de 2018).

Entendemos que a formação dos professores indígenas, inicial ou continuada, se torna imprescindível para que estes pensem e assumam suas escolas em todos os aspectos. O espaço de formação – escola fortalece o processo de ensino e de aprendizagem, proporcionando a aquisição de diferentes conhecimentos tradicionais e não tradicionais para efetivar uma educação específica e diferenciada. Nesse entendimento, Dias (2015, p. 32) explica que:

Considerando que é papel do professor indígena, junto a outras pessoas da comunidade, estabelecer meios e condições para que a geração indígena tenha acesso aos diferentes conhecimentos, se pode afirmar que é a formação uma das principais ações políticas para a concretização de uma educação escolar pensada e gerida pelos povos indígenas.

Nessa direção, o professor Cohyj explica que sua comunidade Krikati já tem uma equipe de professores que está mudando a história de sua escola.

Quando eu estava estudando, só tinha o professor Renato e o professor Miltinho. Hoje temos vários professores formados, tudo isso é fruto desse projeto dos Territórios, pois há muito tempo que a Maria Elisa com sua equipe de professores, vem lutado por isso (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 15 de junho de 2018).

É pertinente frisar, que a formação desses professores, resulta do empenho individual de cada um dentro do coletivo, que pensa na sua comunidade e no seu futuro, determinação típica do povo Krikati. Também é importante mencionar que o curso de formação continuada dos professores Krikati, ministrado quinzenalmente pela equipe de formadores da FEST, fruto do protagonismo Krikati, faz diferença para esses profissionais. A professora Puxcwyj, expõe o seguinte

A luta tem sido muito grande para nossa formação e melhoria de nossa educação, por isso buscamos a parceria da FEST, que tem ajudado muito,

nos nossos planos de aula, como usar as metodologias, e agora com o projeto da escrita na língua materna. Os idosos estão morrendo e levando tudo que sabe, pois não sabem escrever, por isso precisamos escrever a nossa história e as nossas tradições, para deixar aos mais jovens (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 15 de junho de 2018).

Assim, gradualmente, os professores Krikati vêm construindo e protagonizando seus processos próprios de educação, ao agregar valores ancestrais e ocidentais em consonância com seus territórios.

No ano de 2014, por meio da portaria nº 620/2014, foi criada a Comissão Gestora do Território Etnoeducacional Timbira, visando à implementação, o acompanhamento e a avaliação do desempenho do mesmo. Professor Cohyj, membro da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional Timbira, desabafa

Particpei da pactuação Território Etnoeducacional Timbira em São Luís, depois paralisou, mas tenho esperança no seu funcionamento, porque queremos melhoria da Educação Escolar Indígena. (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 15 de junho de 2018).

Nesse sentido, Cryhcryh explica que não basta o Território Etnoeducacional Timbira está instituído legalmente é preciso de

Articulação com diferentes instituições e setores da sociedade, para o fortalecimento do Território Etnoeducacional. É muito importante estar ali, conhecer as pessoas, dialogar, trocar experiências e fazer intercâmbios” (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 04 de maio de 2018).

A última ação do MEC, no âmbito do Território Etnoeducacional Timbira, foi a criação da Comissão Gestora, fazendo os povos indígenas Krikati e demais povos Timbira esperar sem sucesso, apesar dos esforços empreendidos por eles, no sentido de dar continuidade às ações planejadas. A esse respeito Hõocrow expressa que

Eu tinha uma grande expectativa, mas com o tempo fui percebendo que não era bem como eu pensava, pois eu pensava que o Território ia funcionar logo depois da pactuação, mas eu estava enganado. O próprio MEC sumiu depois que fez os encontros, prometeu continuar os cursos e nada. Os professores e a Educação Indígena devem ser vistos com mais respeito (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 01 de junho de 2018).

É evidente que os povos indígenas compreenderam bem a ideia dos Territórios Etnoeducacionais, se articularam e se prepararam para o diálogo com as instâncias de decisão, porém, esse diálogo se efetivou, pois o Governo não se preparou técnica e

financeiramente. Nesse sentido, Baniwa, avalia

Que o estado brasileiro não está preparado ou não quer estar preparado para esse modelo de gestão da Educação Escolar Indígena, que garante a participação dos indígenas (Entrevista concedida em Brasília/DF, no dia 22 de março de 2018).

Percebemos, portanto, a falta de empenho do Governo em oferecer as condições necessárias para implementação dos Territórios Etnoeducacionais, uma vez que a política de Educação Escolar Indígena é marcada por propostas descontínuas e com baixo resultados, como é o caso da política de Territórios Etnoeducacionais.

Chiquinha Pareci, aponta que houve avanços e retrocessos na política de Territórios, pois fizeram de tudo para garantir a pactuação e a implementação dos TEEs, porém houve avanços, mas retrocedeu quase vinte anos ao paralisar tudo, sendo que

A luta dos Territórios tem tudo a ver com a luta indígena ao longo dos anos. Por isso não vamos desistir, vamos lutar com mais força (Oficina: Gestão Etnoterritorializada da EEI: desafios na implementação dos TEEs - II CONEEI, realizada em Brasília/DF, em 20 de março de 2018)^{ix}.

Acýxit manifesta seu descontentamento ao relatar que o Estado brasileiro não tem interesse em efetivar uma educação de qualidade para os povos indígenas, pois

Faltou vontade política em disponibilizar as condições básicas para implementar o Território Etnoeducacional Timbira, se o mesmo estivesse funcionando desde a sua implantação, muita coisa teria melhorado, mas, não vamos desistir, vamos nos unir e dialogar com as esferas de decisão (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 07 de abril de 2018).

Diversos fatores convergiram para o retrocesso na implementação dos Territórios Etnoeducacionais, tais como: deficiência dos recursos financeiros e a deficiência dos recursos humanos da esfera federal, contribuiu para uma formação deficitária das equipes. Sendo que o artigo 5º do Decreto 6.861/2009 estabelece que

A União prestará apoio técnico e financeiro a cinco ações voltadas para a ampliação da educação escolar indígena: construção de escolas, formação inicial e continuada de professores indígenas e de outros profissionais da educação, produção de material didático, ensino médio integrado à formação profissional, e alimentação escolar indígena.

Sabemos que cada Território Etnoeducacional elaborou seu plano de ação, definindo as atividades de cada instituição envolvida e, da mesma forma, a demanda financeira para cada atividade. Nessa acepção, Sousa (2017, p. 142), pontua que:

Com a elaboração do plano de ação do TEE e a definição de responsabilidade de cada agente envolvido na Educação Escolar Indígena, além da atribuição de

orçamento para cada demanda, torna-se possível acompanhar os caminhos dos recursos.

Portanto, os recursos são imprescindíveis para a viabilidade de implementação e funcionamento dos TEEs, não sendo diferente com Território Etnoeducacional Timbira, que carece de atenção do Governo Federal. Nesse aspecto, Alva Rosa Lana Vieira^x explica

Estamos vivendo um momento muito difícil. Lá no Amazonas, por exemplo, temos o TEE Juruá/Purus, onde a política não acontece de fato, os povos indígenas não estão sendo respeitados como seres humanos. Precisamos fazer algo, brigar pela sua continuidade e reivindicar do Governo. Os povos indígenas não conseguirão sozinhos (Oficina: Gestão Enoterritorializada da EEI: desafios na implementação dos TEEs - II CONEEI, realizada em Brasília (DF), em 20 de março de 2018).

O fato é que a pactuação do Território Etnoeducacional Timbira gerou novas possibilidades para os povos indígenas, já que para a maioria, essa política é um grande passo para o diálogo e a conquista de espaço na elaboração e gestão da política Educação Escolar Indígena. Cacuxen explica que

Quando o TEE Timbira foi pactuado, trouxe esperança para nós. Pensamos, agora vamos discutir o funcionamento da Educação, agora Estado, o Governo vai nos escutarem, mas ficou só no papel. Nós vamos continuar na luta (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no dia 02 de abril de 2018).

Nesse sentido, a professora Puxcwyj reitera

Espero que o Governo cumpra seu papel e dê as condições para nosso Território funcionar e funcionar bem, e que atenda às necessidades de nosso povo, com uma Educação específica e diferenciada que contribua para o fortalecimento de nossa cultura. (Entrevista concedida na aldeia São José, Montes Altos /MA, no dia 15 de junho de 2018).

Professor Hõocrow acredita nas potencialidades do Território Educacional Timbira e, ao funcionar, terão acesso às políticas públicas, porque portas se abrirão.

Depois que implementarmos o Território Etnoeducacional Timbira, não vamos deixar cair, andaremos juntos. Dependendo da área em que não der certo, vamos conhecer o direito e vamos cobrar as pessoas responsáveis, do MEC, do estado, do município. Será uma benção, mais uma força, mais uma porta aberta para a nosso povo (Entrevista cedida na aldeia São José, Montes Altos/MA, no 01 de junho de 2018).

Mesmo constatando que o Território Etnoeducacional Timbira não ter alcançado êxito conforme almejado, o povo Krikati tem clareza da importância do Território Etnoeducacional Timbira para implementar a Educação Escolar Indígena, de modo a

Território Etnoeducacional Timbira: avanços e retrocessos na visão do povo indígena krikati

atender aos anseios da comunidade Krikati e demais povos Timbira, no sentido de assumirem seus processos próprios de escolarização, participando desde a elaboração à gestão de suas escolas. Especificamente podemos afirmar que o Território Etnoeducacional Timbira é uma das bandeiras de luta do povo Krikati.

Palavras Finais

As questões educacionais indígenas estão em sintonia com as mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade nacional, daí a necessidade de políticas públicas que respondam às necessidades dos povos indígenas lhes assegurem seus direitos.

A política de Territórios Etnoeducacionais apresenta um novo desenho de Educação Escolar Indígena, ao reconhecer as identidades étnicas e a participação dos povos indígenas em todas as fases da gestão de suas escolas. Esse modelo de educação, cujo território é a referência, facilitará a organização dos processos educativos, a partir da interação dos povos com suas territorialidades, independente dos limites políticos administrativos dos estados e municípios. Dessa forma, Educação Escolar Indígena de acordo com a realidade de mundo de cada povo indígena.

Porém, a falta de políticas, que de fato efetivem os Territórios Etnoeducacionais, acaba por estagnar as possibilidades de mudanças na organização da Educação Escolar Indígena, tendo em vista, que o processo de implantação dos Territórios Etnoeducacionais proporcionou discussões e reflexões acerca dos problemas enfrentados pelos povos indígenas frente à consolidação de uma educação que atenda aos seus anseios. Nesse aspecto, o povo Krikati tem consciência da morosidade e da falta de interesse do poder público, no que tange à Educação Escolar Indígena, mas a consciência de luta e persistência é bem maior.

Os retrocessos enfatizados pelos interlocutores dessa pesquisa, no que concerne à implementação do Território Etnoeducacional Timbira, são reflexos dos retrocessos políticos que vêm atingindo os direitos da maioria da população indígena, dentre eles, o direito ao território, fundamental para a efetivação das políticas públicas em todos os aspectos. Isso fica evidente na medida em que o Governo Federal cria, discute, implanta e abandona os TEEs, como exemplo, o Território Etnoeducacional em estudo.

O problema é que não foi criado pelos órgãos competentes nenhum mecanismo operacional para a implementação e o funcionamento do Território Etneeducacional

Timbira, demonstrando o descaso do poder público pelas políticas públicas educacionais indígenas, explicitado nas narrativas dos indígenas Krikati e demais interlocutores dessa pesquisa.

De todo modo, o povo Krikati acredita nas potencialidades do Território Etnoeducacional Timbira, não pela vontade política do poder público, mas pela própria vontade e capacidade de luta de cada um, convergente na coletividade Krikati.

Espera-se que essas reflexões gerem outras acerca da temática, na direção de alternativas para a implementação e funcionamento do Território Etnoeducacional Timbira, de maneira que contribua para construção de uma Educação Escolar Indígena de qualidade, a qual atenda as reais necessidades dos povos indígenas Krikati.

Referências

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD/LACED/Museu do Índio, 2006.

_____. **Territórios Etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira**. Comunicação apresentada na CONAE 2010. Brasília: CINEP, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organizada em Territórios Etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6861-27-maio-2009-588516-publicacaooriginal-113090-pe.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1062. Institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais – PNTEE. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 620. Institui a Comissão Gestora do Território Etnoeducacional Timbira. Brasília, 2014.

-

BRASIL. Ministério da Educação. **Território Etnoeducacional Timbira: plano de ação**. Documento Final da reunião de pactuação. São Luís: MEC, 2011.

BRASIL. Ministério de Educação. **Territórios Etnoeducacionais**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Territorios-Etnoeducacionais-texto-conceitual-CGEEI.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

DELMONDEZ, Polianne & PULINO, Lucia Helena Cavasin Zabotto. **Sobre identidade e**

Território Etnoeducacional Timbira: avanços e retrocessos na visão do povo indígena krikati
diferença no contexto da educação escolar indígena. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 632-641, 2014.

DIAS, Aparecida de Lara Lopes. **Formação específica dos professores Indígenas Krikati e a prática pedagógica bilíngue.** 2015. 114f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2015.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e Educação.** *Revista Grifos*, n. 15, p. 16 – 47, maio. 2003.

LADEIRA, Maria Elisa **Cultura Viva Timbira: nossas corridas de Tora.** CTI: São Paulo, 2013.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os timbira Orientais.** Belém: Mimeo, 1944.

SILVA, Antonia Rodrigues da. **Concepções e práticas de Educação Escolar Indígena institucionalidade, estado da arte e escolarização dos Tikuna no Alto Solimões.** 2016. 270f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Manaus, 2016.

SILVA, Ilma Maria Oliveira. **Lideranças Krikati: implicações da escola não indígena em suas trajetórias e trajetórias de vida.** 2018. 227f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2018.

SOUSA, Fernanda Brabo. **Sentindo Ideias, Germinando Saberes: Movimentos de apropriação (Afetiva) da política de Territórios Etnoeducacionais por professores Kaingang e Guarani.** 2017. 221 f. Tese (Doutorado de Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

_____. **Reterritorializando a Educação Escolar Indígena: Reflexões acerca dos Territórios Etnoeducacionais.** 2013. 113f. Dissertação (Mestrado de Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

TRUJILLO, Júlia. **Reunião pactua criação do Território Etnoeducacional Timbira.** Brasília: Centro de Trabalho Indigenista, 06 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/noticia/reuni%C3%A3o-pactua-cria%C3%A7%C3%A3o-do-territ%C3%B3rio-etnoeducacional-timbira>>. Acesso em: 02 set. 2017.

Fontes orais

Arlete Bandeira Cacuxen Krikati. Depoimento [03 mar. 2018]. Entrevistadora: Gildete Elias Dutra. Aldeia São José, Montes Altos/MA, 2018.

Edilson Cryhcryh Krikati. Depoimento [04 mai. 2018]. Entrevistadora: Gildete Elias Dutra. Aldeia São José, Montes Altos/MA, 2018.

Gersem José dos Santos Luciano Baniwa. Depoimento [22 mar. 2018]. Entrevistadora:

Gildete Elias Dutra. Brasília, DF, 2018.

José Cohxyj Krikati. Depoimento [15 jun. 2018]. Entrevistadora: Gildete Elias Dutra. Aldeia São José, Montes Altos/MA, 2018.

Lourenço Borges Milhomem Acÿxit Krikati. Depoimento [07 abr. 2018]. Entrevistadora: Gildete Elias Dutra. Aldeia São José, Montes Altos/MA, 2018.

Maria Elisa Ladeira. Depoimento [30 mai. 2018]. Entrevistadora: Gildete Elias Dutra. Brasília, DF, 2018.

Milton Carvalho Bandeira Hõocrow Krikati. Depoimento [01 jun. 2018]. Entrevistadora: Gildete Elias Dutra. Aldeia São José, Montes Altos/MA, 2018.

Rita Gomes do Nascimento Potiguara. Depoimento [04 jun. 2018]. Entrevistadora: Gildete Elias Dutra. Brasília, DF, 2018.

Sílvia Cristina Puxcwyj Krikati. Depoimento [15 jun. 2018]. Entrevistadora: Gildete Elias Dutra. Aldeia São José, Montes Altos, MA, 2018.

Notas

ⁱ Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari, Univates em 2019. Tem como título “Território Etnoeducacional Timbira: o protagonismo étnico do povo Krikati na Educação Escolar Indígena”. A dissertação aprovada faz uma análise das contribuições do Território Etnoeducacional Timbira para protagonismo étnico do povo Krikati, na Educação Escolar Indígena.

ⁱⁱ Unidade Básica de Saúde – UBS, 2019.

ⁱⁱⁱ Incluindo o Território Tupi, no Maranhão, formado pelos povos Guajajara/Tentehar (o povo mais numeroso do Estado), Ka’apor e Awá Guajá. Há no Maranhão também os índios Tremembé, no município de Raposa e São José de Ribamar e o índios Gamela, no município de Viana. Ambos não possuem terra demarcada.

^{iv} Os Krenyê vivem na sede desse município porque ainda não possuem terra demarcada.

^v Construído pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), localizado no município de Carolina (MA).

^{vi} A Faculdade de Educação Santa Terezinha realiza um trabalho de formação continuada com os todos os professores Krikati há 11 anos.

^{vii} A Universidade Estadual do Maranhão oferece o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

^{viii} A Universidade Federal de Goiás oferece o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

^{ix} Indígena Pareci, professora, liderança e participante da Oficina de Gestão Etnoterritorializada da EEI: desafios na implementação dos TEEs - II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II CONEEI) realizada, nos dias de 20, 21 e 22 março de 2018, em Brasília (DF).

^x Indígena Tukano, professora mestra, liderança e coordenadora da Oficina: Gestão Etnoterritorializada da EEI: desafios na implementação dos TEEs - II CONEEI, realizada em Brasília(DF), em 20 de março de 2018.

Sobre as autoras

Gildete Elias Dutra

Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - Mestrado em Ensino da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES – Lajeado/RS. Graduada em Geografia (UEMA). Professora da Rede Pública Estadual/MA. E-mail: gildetedutra@hotmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0486-0169>

Neli Teresinha Galarce Machado

Doutora em Arqueologia (USP). Mestre em História (UNISINOS). Graduada em História (UFSM). Professora titular do curso de História da Universidade da UNIVATES. Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, professora do Programa de Pós Graduação em Ensino e coordenadora do Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências da UNIVATES. Pós-Doutorado, Universitat Autònoma de Barcelona – UAB, Espanha. Bolsista Produtividade CNPq Nível 2. E-mail: ngalarce@univates.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1209-5353>

Recebido em: 01/08/2019

Aceito para publicação em: 01/09/2019